

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.294 - PA (2019/0336604-3)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : ANA CELIA DA SILVA REIS (PRESO)
ADVOGADO : MARLONE SAMPAIO DA SILVA - PA020184
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANA CELIA DA SILVA REIS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará que denegou a ordem visada no *Writ* n. 0807829-71.2019.8.14.0000 para manter a segregação cautelar decretada em seu desfavor nos autos da ação penal em que foi denunciada pela suposta prática do delito de tráfico de drogas.

Sustenta a recorrente, em síntese, estar sofrendo constrangimento ilegal, sob o argumento de que *"já foi penalizada por ter viajado sem autorização judicial, haja vista o tempo de constrição corporal a que foi submetida, não havendo, data vênua, fundamentos para a continuidade da segregação cautelar quando justificada só por este motivo"* (e-STJ fl. 173).

Pondera, ainda, que *"está presa desde 05.05.2019, sendo que a audiência de instrução ocorrerá somente em 04.12.2019, quando completará 7 meses de cárcere; que não se trata de feito complexo a justificar tamanha demora; que ostenta condições pessoais favoráveis; que é primária; sem antecedentes criminais; é mãe de menor de 12 anos; possui endereço fixo; e que o processo tramita desde 24.01.2019, sem julgamento"* (e-STJ fl. 174).

Requer, por isso, o provimento do reclamo para revogar a prisão preventiva ou, subsidiariamente, convertê-la em prisão domiciliar, ainda que com aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Apresentadas as contrarrazões ao recurso, os autos ascenderam a esta Corte Superior de Justiça.

A liminar foi indeferida.

Informações prestadas pelas instâncias ordinárias, às e-STJ fls. 206-207 e 210-213, noticiam a designação da audiência de instrução e julgamento para o dia 10/12/2019.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 234-244).

É o relatório.

Dos elementos colacionados nos autos, infere-se que a recorrente, após ser presa em flagrante em **26/12/2018**, teve a prisão convertida em preventiva no dia seguinte, para a garantia da ordem pública.

Instado a reconsiderar a decisão, em **29/12/2019**, o Juiz de primeiro consignou que, *"em razão da certidão de nascimento acostada, comprovando ser genitora de criança com 05 (cinco) anos de idade, entendo que a petionante faz jus à concessão de prisão domiciliar, tal qual previsto no art. 318, V, do Código de Processo*

Penal" (e-STJ fl. 47).

Posteriormente, o *Parquet* estadual ofereceu denúncia imputando à recorrente a conduta prevista no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, porque teria sido surpreendida trazendo consigo aproximadamente um quilograma de *crack*, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Quanto aos fatos, narra a denúncia:

"Consta na peça informativa inclusa que no dia 26 de dezembro de 2018, por volta das 14h, os acusados praticaram o delito de tráfico de drogas.

Na data acima referida, a Polícia Militar realizava ronda de rotina pela cidade, quando avistou, em atitude suspeita, a acusada Ana Célia da Silva Reis pilotando a motocicleta Honda CG 150 Titan EX, cor vermelha, chassi 9C2KC1660FR043063, na estrada do Cauaxi, próximo ao comercial do GG, bairro Bela vista, momento em que foi realizada a sua abordagem e foi encontrado dentro de sua bolsa 01 (um) tablete de entorpecente, vulgarmente conhecido como "Crack", pesando aproximadamente 01 (um) quilo, que foi apreendido (fl. 24) e enviado para perícia (fl. 26).

Depreende-se do IPL, que a acusada Ana Célia relatou aos policiais que foi contratada pelo "Cachorrão", para buscar a droga na rodoviária e entregar em mãos ao acusado Eilson dos Santos de Santana, vulgo "Paulinho", contudo foi abordada pela polícia no caminho" (e-STJ fls. 93-94, grifou-se).

Em **5/4/2019**, a autoridade policial requereu nova decretação da prisão preventiva, diante das informações de que a acusada descumpriu os termos da domiciliar, ausentando-se do seu domicílio e do município.

Após confirmação das informações, em **16/4/2019**, o Magistrado processante decretou a medida extrema em desfavor da ora recorrente.

Inconformada, a defesa ingressou com *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, ressaltando que, *"ao se ausentar de sua residência por vários dias, a paciente incorreu em falta grave, descumprindo as normas da prisão domiciliar"* e, por isso, *"andou bem a magistrada ao acolher a representação da autoridade policial e decretar a prisão preventiva da coacta"* (e-STJ fl. 163).

Na oportunidade, foi apontado no acórdão guerreado que *"a coacta se encontrava com expressiva quantidade de 'crack', entorpecente de grande valor e de natureza altamente viciante e nociva. Há, ainda, ligações da coacta com a facção criminosa do Comando Vermelho"* (e-STJ fl. 163).

De arremate, a Corte *a quo* concluiu que seriam insuficientes a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, bem como que *"eventuais bons antecedentes, profissão definida e demais qualidades também não têm força para isoladamente*

implicar na concessão de ordem de habeas corpus" (e-STJ fls. 278-279).

Delineado o contexto fático processual, o reclamo deve ser desprovido.

No que tange ao aventado excesso de prazo para formação da culpa, verifica-se que tal questão não foi objeto de deliberação pelo Tribunal de origem no acórdão ora impugnado, circunstância que inviabiliza a aspirada análise direta por este Sodalício, no ponto, sob pena de indevida supressão de instância.

Em caso análogo, esta Corte Superior já propalou que quando os temas suscitados pelo impetrante não *"foram submetidos ao crivo do Tribunal de origem no julgamento do habeas corpus originário, fica esta Corte impedida de examinar [...], sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e violação do princípio do duplo grau de jurisdição"* (HC 430.460/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 16/04/2018).

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. QUESTÃO NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO. DECRETO PREVENTIVO. FUNDAMENTAÇÃO. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE DE DROGAS. PERICULOSIDADE SOCIAL. NECESSIDADE DA PRISÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DO ART. 319 DO CPP. INVIABILIDADE. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA.

1. A alegação de excesso de prazo para a formação da culpa não foi enfrentada pela Corte a quo, o que impede o conhecimento da questão diretamente por este Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância.

[...]

7. Recurso ordinário improvido.

(RHC 118.553/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2019, DJe 25/10/2019, grifou-se.)

Outrossim, sabe-se que, a teor do art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada quando presentes o *fumus comissi delicti*, consubstanciado na prova da materialidade e na existência de indícios de autoria, bem como o *periculum libertatis*, fundado no risco que o agente, em liberdade, possa criar à ordem pública ou econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal e, também, **diante do descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares**.

E, na espécie, verifica-se que a medida extrema encontra-se devidamente embasada nas previsões do art. 312, parágrafo único, do Código de Processo Penal, revelando-se **imprescindível** uma vez que a recorrente **transgrediu a medida cautelar imposta**, pois, conforme consta da certidão acostada às e-STJ fl. 230, por cinco vezes, teria se ausentado do seu domicílio indo ao Centro de Recuperação Penitenciário do Pará II, em

outra cidade, para visitar um interno que, supostamente, é membro da facção criminosa.

Sobre o tema, leciona a doutrina de GUILHERME DE SOUZA NUCCI, em comentários ao art. 282 do Código de Processo Penal:

"16. Descumprimento da medida cautelar: calca-se o novo sistema de medidas restritivas à liberdade, diversas da prisão, na eficácia e concretude. Se o indiciado ou réu deixar de cumprir a medida cautelar alternativa, termina por desafiar a autoridade estatal, fazendo com que outra medida, mais drástica deva ser adotada. Assim ocorrendo, o juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do assistente de acusação ou do querelante, pode substituir a medida por outra mais severa, ou aplicar mais uma medida em cumulação, ou, ainda, decretar a prisão preventiva. Sustentamos que, para qualquer situação, em que haja o descumprimento de medida cautelar, o magistrado pode impor a preventiva, mesmo nos caos dos delitos que fujam ao regramento do art. 313, inciso I, do CPP. Noutros termos, para a decretação originária da preventiva, o magistrado precisa focar crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos; porém para a conversão da medida cautelar em prisão preventiva inexistente restrição. Afinal, todo mecanismo das medidas cautelares se baseia em eficiência; do contrário, volta-se à estaca zero, quando a preventiva era a única medida cabível para a aplicação a casos urgentes da investigação ou processo" (NUCCI, GUILHERME DE SOUZA. Código de Processo Penal Comentado. 13ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 645-646) .

Confirmam-se, a propósito, os seguintes julgados:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. SENTENÇA CONDENATÓRIA. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. O Juízo sentenciante ressaltou, para determinar a prisão preventiva do réu, o descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta - comparecimento a todos os atos do processo -, circunstância suficiente, por si só, para justificar a custódia provisória, consoante a previsão do art. 282, § 4º, c/c o art. 312, parágrafo único, do CPP.

3. Mesmo que se aplique o posicionamento adotado pela Sexta Turma desta Corte Superior no REsp n. 1.672.654/SP e, por conseguinte, se afaste a aplicação da agravante da reincidência, ainda assim há motivo idôneo para negar ao paciente o direito de recorrer em liberdade. Além disso, o entendimento firmado no referido julgado foi afastado pela Terceira Seção do STJ (RvCr n. 3.926/RJ, Rel.

Ministro Joel Ilan Paciornik, DJe 11/12/2018).

4. De todo modo, a jurisprudência desta Corte Superior assinala que os registros pretéritos do acusado - não só condenações definitivas, mas também inquéritos policiais ou ações penais em andamento - podem ser utilizados para demonstrar o risco de reiteração delitiva e, por conseguinte, ensejar a custódia cautelar. Logo, não há ilegalidade na menção à condenação pretérita pela incursão no art. 28 da Lei n.

11.343/2006, como forma de evidenciar o risco de nova prática ilícita pelo réu.

5. Ordem denegada.

(HC 504.408/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 05/06/2019, grifou-se.)

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. CITAÇÃO POR EDITAL. RÉU FORAGIDO. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

3. No caso, a custódia preventiva está adequadamente motivada na necessidade de resguardar a aplicação da lei penal, considerando o descumprimento das medidas cautelares pelo paciente, especificamente, a de comparecimento mensal em juízo

para informar atividades, a proibição de manter contato com a vítima e a de se ausentar da Comarca de residência por mais de 7 dias. Ao contrário, o paciente não foi encontrado para responder a ação penal nem constituiu advogado, dando ensejo à aplicação do art. 366 do Código de Processo Penal.

4. Habeas corpus não conhecido.

(HC 483.650/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 19/02/2019, grifou-se.)

Assim, o descumprimento injustificado dos termos da prisão domiciliar, bem como das medidas cautelares impostas, constitui motivação idônea para revogação da liberdade provisória, nos termos do parágrafo único do art. 312 do Código de Processo Penal.

No mais, condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, desconstituir a prisão preventiva quando há nos autos elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema, como ocorre *in casu*.

Por fim, considerando-se a imprescindibilidade da preventiva, está clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, que não se mostrariam adequadas e suficientes para reprimir a atividade ilícita desenvolvida.

Diante do exposto, **conhece-se** em parte do recurso ordinário em *habeas corpus* e, na extensão, **nega-se-lhe provimento**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator